

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1807.01/2022 - SUPSSP

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Fortim, consoante autorização do Sr. **EVERARDO PAULA DA SILVA** - Diretor Geral do Sistema Único de Previdência Social do Servidor Público, vem abrir o presente processo de Dispensa de Licitação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À CONSULTORIA PARA ESTUDO E MANUALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, OBSERVANDO OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/21, JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE.**

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente procedimento está cristalizado nas recomendações prescritas no art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93 e Art. 23, § 8º da Lei 8.666/93, alterada pelo Decreto nº 9412/2018 de 19/07/2018.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Assim sendo, e, estando atendidas todas as exigências requeridas pelo dispositivo retro mencionado, tem-se justificada a dispensabilidade da licitação em pauta.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Dispensa de Licitação, no caso em questão, é proveniente do seguinte fato:

O Sistema Único de Previdência Social do Servidor Público, através do setor de compras realizaram cotação de preços tendo em vista a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À CONSULTORIA PARA ESTUDO E MANUALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, OBSERVANDO OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/21, JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE.** Após análise, verificou-se que os preços de todas as propostas apresentadas estão dentro do limite estabelecido por lei que permite a Dispensa de Licitação.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A escolha da proposta mais vantajosa ocorreu com base na prévia pesquisa de preços efetivada para a realização deste processo, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À CONSULTORIA PARA ESTUDO E MANUALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, OBSERVANDO OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/21, JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE.** A razão da opção em se contratar a empresa **ARIMA - CONSULTORIA ATUARIAL, FINANCEIRA E MERCADOLÓGICA LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 07.374.237/0001-81, foi por ela ser o que cotava o menor preço compatível com a realidade mercadológica. O preço proposto por este prepotente para a contratação direta está disposto abaixo.

DETALHAMENTO DAS PESQUISAS DE PREÇOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	ARIMA CONSULTORIA ATUARIAL, FINANCEIRA E MERCADOLÓGICA LTDA	EC2G ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	BAIAO ASSESSORIA PÚBLICA – EIRELI
				CNPJ: 07.374.237/0001-81	CNPJ: 28.841.769/0001-51	CNPJ: 26.712.621/0001-91
				VALOR GLOBAL	VALOR GLOBAL	VALOR GLOBAL
01	<p>IMPLANTAÇÃO DA OPERAÇÃO DE EMPRESTIMO CONSIGNADO DO RPPS DE FORTIM:</p> <p>Os recursos do regime próprio de previdência social poderão ser aplicados na concessão de empréstimo a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.</p> <p>EC Nº 103/19. ART. 9º, § 7º</p> <p>No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do caput do art. 6º.</p> <p>I – Até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança no § 7º do art. 7º.</p> <p>II – Até 10% (dez por cento), para os regimes que alcançarem ao menos o primeiro nível de governança de que trata o § 7º do art. 7º.</p> <p>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/21, ART. 12.</p> <p>A instituição do empréstimo consignado com recursos do RPPS, através do pilar Direto e Indireto, todavia, deve observar as etapas prévias descritas no Plano de Trabalho.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Alterar a legislação do ente federação para atender só disposto na Resolução CMN Nº 4.963/21. 2. Estudo do potencial da operação de empréstimo consignado com recursos próprio do RPPS, usando o pilar Direto e Indireto. 3. Realização dos estudos técnicos de determinação e constituição dos fundos de que trata a Resolução CMN Nº 4.963/21. 4. Precificação com vista a custear o risco de eventos extraordinários porventura não cobertos pelos Fundos Garantidores, 5. Elaboração de Decreto e Portarias, inclusive das minutas contratuais dos respectivos empréstimos consignados a serem firmados entre o RPPS e seus segurados 6. Estudo especializado identificará o prazo máximo de empréstimo para cada segurado, na forma do disposto na Resolução CMN Nº 4.963/21. 7. Estudo técnico identificar o perfil das obrigações do regime próprio de previdência social, buscando a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial. 8. Precificação da taxa de operação, que deverá suportar todos os custos operacionais e de gestão decorrentes das atividades de concessão e controle dos empréstimos. 9. Implantação do sistema de gestão da operação de consignado e suporte para credenciamento do Fundo de Investimento necessário para o Pilar Indireto. 	Serv.	01	R\$ 17.000,00	R\$ 17.350,00	R\$ 17.520,00

Fortim/CE, 18 de Julho de 2022.

Aurelita Martins da Silva Lima
AURELITA MARTINS DA SILVA LIMA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE FORTIM, ATRAVÉS DO SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO, COM A EMPRESA _____, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

O **MUNICÍPIO DE FORTIM**, pessoa jurídica de direito público interno, através do **SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO**, com sede na Vila da Paz, Bloco D, nº 40, Centro – Fortim/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.050.756/0001-20, neste ato representado pelo Diretor Geral do Sistema Único de Previdência Social do Servidor Público, Sr. **EVERARDO PAULA DA SILVA**, inscrito sob o CPF nº 380.434.403-87, doravante denominado de **CONTRATANTE**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa _____, com endereço na _____, Bairro _____, CEP: _____, inscrito no CNPJ de nº _____, representado legalmente nesse ato pela Sr (a). _____, inscrita no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com o Processo de Dispensa de Licitação nº _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato na Dispensa de Licitação nº _____, art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93 e Art. 23, § 8º da Lei 8.666/93, alterada pelo Decreto nº 9412/2018 de 19/07/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À CONSULTORIA PARA ESTUDO E MANUALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, OBSERVANDO OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/21, JUNTO AO SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1- A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ ____ (____), conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QNT	VALOR GLOBAL
01	<p>IMPLANTAÇÃO DA OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DO RPPS DE FORTIM:</p> <p>Os recursos do regime próprio de previdência social poderão ser aplicados na concessão de empréstimo a seus segurados, na modalidade de consignados, observada regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.</p> <p>EC Nº 103/19. ART. 9º, § 7º</p> <p>No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do caput do art. 6º.</p> <p>I – Até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcancem os níveis de governança no § 7º do art. 7º.</p> <p>II – Até 10% (dez por cento), para os regimes que alcancem ao menos o primeiro nível de governança de que trata o § 7º do art. 7º.</p> <p>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/21, ART. 12.</p> <p>A instituição do empréstimo consignado com recursos do RPPS, através do pilar Direto e Indireto, todavia, deve observar as etapas prévias descritas no Plano de Trabalho.</p>	Serv.	01	

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alterar a legislação do ente federação para atender só disposto na Resolução CMN N° 4.963/21. 2. Estudo do potencial da operação de empréstimo consignado com recursos próprio do RPPS, usando o pilar Direto e Indireto. 3. Realização dos estudos técnicos de determinação e constituição dos fundos de que trata a Resolução CMN N° 4.963/21. 4. Precificação com vista a custear o risco de eventos extraordinários porventura não cobertos pelos Fundos Garantidores, 5. Elaboração de Decreto e Portarias, inclusive das minutas contratuais dos respectivos empréstimos consignados a serem firmados entre o RPPS e seus segurados 6. Estudo especializado identificará o prazo máximo de empréstimo para cada segurado, na forma do disposto na Resolução CMN N° 4.963/21. 7. Estudo técnico identificar o perfil das obrigações do regime próprio de previdência social, buscando a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial. 8. Precificação da taxa de operação, que deverá suportar todos os custos operacionais e de gestão decorrentes das atividades de concessão e controle dos empréstimos. 9. Implantação do sistema de gestão da operação de consignado e suporte para credenciamento do Fundo de Investimento necessário para o Pilar Indireto. 			
--	--	--	--	--

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1- O presente contrato tornar-se-á efetivo data de sua assinatura até __ de __ de __, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do serviço contratual;

5.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

5.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pela Secretaria, conforme o acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1- Executar os serviços do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesse Termo Contratual;

6.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a execução dos serviços;

6.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

6.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;

CLÁUSULA SETIMA - DOS PRAZOS

7.1- O prazo de duração do contrato é até __ de __ de __, contados a partir do recebimento da Ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

7.2- Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a Secretaria.

7.3- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Secretaria não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1- A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação, nos prazos estabelecidos no item 6.1 deste contrato.

8.2- A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as especificações e condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pela Secretaria, que atestará a execução do serviço contratado.

9.2- Caso o serviço seja aprovado pela Secretaria, o pagamento será efetuado até o até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pelo(a) CONTRATADO(A).

9.3- Antes de efetuar todo e qualquer pagamento será verificada a regularidade da contratada, mediante consulta "online", cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

9.4- Para os serviços objetos deste certame, deverá ser emitida Faturas e Notas Fiscais em nome do **SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO** - Vila da Paz, nº 40 - Centro - Fortim/CE - CEP 62.815-000 - CNPJ: 35.050.756/0001-20 - CGF: 06.920.639-2.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS

10.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº _____, elemento de despesa nº _____.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

11.1- O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1- O(A) CONTRATADO(A) fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso do serviço, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretária, em caso de atraso na prestação dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.4) O valor da multa referida nestas cláusulas será descontado "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Secretária, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

14.1- A rescisão contratual poderá ser:

14.2- Determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.3- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

14.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1- Fica eleito o foro da Comarca de Fortim, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2- E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Fortim/CE, _____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

01. _____
Nome:
CPF/MF:

02. _____
Nome:
CPF/MF:

J.A.